

ESPERANÇA NO FUTURO DE DEUS; DISCIPULADO CRISTÃO NO CONTEXTO DA MUDANÇA DO CLIMA

ÍNDICE

RESUMO

1. Abordar Deus no contexto da mudança do clima
 - 1.1. A doutrina Cristã da criação
 - 1.2. O entendimento científico da mudança do clima
 2. Encontrar a palavra de Deus
 - 2.1. Abordagem teológica
 - 2.2. Esperança Cristã no contexto da mudança do clima
 - 2.3. A vocação humana para amar e fazer justiça
 - 2.4. Ouvir o próximo como um teste de discipulado
 - 2.5. Ajudar ao próximo não-humano
 - 2.6. Trazer o julgamento de Deus sobre nós
 3. Responder à Palavra de Deus
 - 3.1. Confissão
 - 3.2. Arrependimento
 - 3.3. Intercessão
 4. O corpo de Cristo no mundo
 - 4.1. Unidos como Corpo de Cristo
 - 4.2. Julgar o que o arrependimento requer
 - 4.3. Possibilitar o arrependimento na igreja
 - 4.4. Reduzir as pegadas de carbono da igreja
 - 4.5. Ajudar membros das congregações a reduzir emissões
 - 4.6. Engajar-se politicamente para trabalhar pela mudança nacional e internacional
 - 4.7. Alerta sobre o impacto desproporcional sobre os vulneráveis e os pobres
 - 4.8. A necessidade de ação em relação a outros temas ambientais
 5. Envio
 - 5.1. Um chamado para a ação
 - 5.2. O caminho à frente
- Membros do Grupo de Trabalho

Resumo

1. Abordar Deus no contexto da mudança do clima

A tarefa teológica é refletir sobre o saldo científico moderno das ameaças apresentadas pela mudança no clima no contexto da afirmação do trino Deus como criador e redentor do universo. A análise científica do clima e o papel da humanidade na emissão de carbono são bem conhecidos. Agora, é intelectualmente e moralmente irresponsável não reconhecer nem agir diante da necessidade urgente de cortes radicais nas emissões de gases estufa, para prevenir danos intoleráveis à população humana e extinção em massa de plantas e animais.

2. Encontrar a Palavra de Deus

Ao ler a Bíblia, no contexto da mudança do clima, temos uma visão de esperança na fidelidade de Deus para com a criação, um chamado para praticar o amor e a justiça para com nosso próximo, tanto humanos quanto não-humanos, e um aviso acerca do julgamento daqueles que não agirem desta forma. Neste contexto, tapar nossos ouvidos às vozes dos mais vulneráveis à mudança do clima seria como desistir de nosso desejo de sermos discípulos de Cristo.

3. Responder à palavra de Deus

O que é requerido do povo de Deus no mundo industrializado é o arrependimento. O primeiro passo a ser dado em direção a esta mudança de atitude é confessar nossa cumplicidade com as estruturas pecadoras que têm causado o problema.

4. O Corpo de Cristo no Mundo

Um componente central do discipulado Cristão é o compromisso com um estilo de vida adequado aos níveis de emissão de carbono que a Terra pode tolerar. A igreja deve se comprometer com o alvo estabelecido pelo governo do Reino Unido de reduzir as emissões de carbono a um mínimo de 80% até 2050 e adotar ações urgentes para atingir os alvos intermediários apropriados, assim como, ajudar seus membros a fazer mudanças similares e a se engajarem nesta causa de forma a possibilitar a mudança em nível nacional e internacional.

5. Envio

Chamamos nossas igrejas a confessar sua culpa em relação às causas da mudança no clima, a mostrar sinais de arrependimento e redenção a um viver sacramental e a ser uma voz profética na vida das nossas comunidades, das seguintes formas:

1. Através da oração, da pregação, do estudo bíblico, de aulas e discussões que possibilitem a conscientização da necessidade de confissão e de arrependimento entre as igrejas e que possibilite atos de confissão corporativa no contexto litúrgico.

2. Agir para reduzir urgentemente as emissões de carbono em todos os aspectos da vida da igreja, alinhadas com o alvo do Reino Unido de reduzir no mínimo 80% até 2050 e atingir os alvos intermediários. Isto requer, em primeiro lugar, uma auditoria sistemática das emissões de carbono da igreja em nível nacional e local e, em segundo lugar, a adoção de uma estratégia para reduzir essas emissões de forma a atingir esses alvos.

3. Ajudar os membros das congregações a fazer ajustes similares nas emissões de carbono associadas aos seus estilos de vida, ajudando-os a fazer uma auditoria pessoal e a adotar estratégias para reduzir suas emissões.

4. Fazer campanhas em nível nacional e internacional para a adoção de políticas que fortaleçam e possibilitem a conscientização de necessidade de redução de 80%, no mínimo, até 2050.

1. Abordar Deus no contexto da mudança do clima

*Para Ti, nosso Deus, dobramos nossos joelhos
Em oração e louvor, te honramos
Por tudo o que está à nossa volta,
Seu trabalho glorioso na terra e no mar¹*

1.1. A doutrina Cristã da criação

A base da doutrina Cristã da criação, e, portanto, o ponto de partida para uma reflexão teológica sobre a mudança do clima, é a afirmação encontrada em Gênesis 1.31: “Deus viu tudo o que tinha feito, e viu que era bom”. Nesta afirmação vemos que tanto o universo, quanto o sistema solar e toda a vida sobre a terra são inteiramente dependentes de Deus em sua origem e na continuação de sua existência, e que todas essas coisas foram declaradas como sendo boas, pelo criador. A abertura do evangelho de João identifica este trabalho criativo com a Palavra de Deus, encarnado em Jesus de Nazaré, mostrando que a reconciliação de todas as coisas para Deus na vida, morte e ressurreição de Jesus não podem ser separadas do ato de criação de Deus (Col. 1.15-20; Ef 1.9-10). O trabalho criativo e redentor também faz parte do trabalho do Espírito, reconhecido pelos teólogos Cristãos, pois, no início, o Espírito de Deus pairava por sobre as águas (Gen 1.2) e toda a criação aguarda a redenção (Rom 8. 22-23). Deus, Criador e Redentor, Pai, Filho e Espírito², é a fonte transcendente e imanente, sustentáculo e salvação de toda criação.³

1.2 O entendimento científico sobre a mudança do clima

Neste contexto teológico, abordamos os atuais entendimentos científicos das recentes e futuras mudanças no clima da Terra. Na segunda metade do Século Vinte, reconheceu-se que as “concentrações atmosféricas globais de CO₂, metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) aumentaram significativamente como resultado das atividades humanas desde 1750 e excederam em muitos milhares de anos os valores pré-industriais determinados pela análise de núcleos de gelo⁴ – os níveis de dióxido de carbono estavam cerca de 30% superiores aos níveis pré-industriais, no ano 2000. O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (PIMC) deve compilar observações e estudos de previsões climáticas, avaliando potenciais impactos de futuras mudanças climáticas que sejam resultado da atividade humana. Depois de mais de 15 anos de pesquisa maciça, o quarto relatório do PIMC publicado em 2007 concluiu que “o aquecimento global é inequívoco”⁵ e que grande parte do aumento observado nas temperaturas médias globais desde a segunda metade do século vinte, deve-se muito provavelmente ao aumento observado nas concentrações antropogênicas (causadas por humanos) de gases de

¹ Hino “To you our God, we bow the knee” (“Para Ti nosso Deus, dobramos nossos joelhos”) escrito para este relatório por Rosalind Selby, para ser cantado na versão Celta da canção “When I survive the Wondrous Cross”, Complete Mission Praise no. 1126, © Rosalind Selby 2008.

² Neste relatório evitamos o uso de pronomes masculinos em referência a Deus, mas por razões ecumênicas e bíblicas mantivemos no uso de outros nomes, a tradicional fórmula Trinitariana que inclui referências masculinas.

³ Apesar do Grupo de Trabalho que compilou este relatório ter refletido sobre os ensinamentos de outras fés como parte deste trabalho, não foi possível considerá-los no escopo deste relatório sem o risco de falhar ao atender às particularidades das diferentes tradições de fé.

⁴ PIMC, Sumário para Adoção de Políticas do relatório Síntese do Quarto Levantamento do PIMC, (2007),5.

⁵ PIMC, ‘Síntese do Relatório’, 2.

efeito estufa⁶. Ao fazer previsões sobre as mudanças climáticas, o PIMC criou vários cenários, projetando aumentos de temperatura no final do século 21 que variam de menos de 2 graus (comparado ao final do século 20) caso haja uma redução gradual das emissões de gases estufa até 2040, até 4 graus caso haja continuação do aumento das emissões de gases estufa.⁷

Associado a estes aumentos da temperatura global, o PIMC acredita que a mudança climática causará:

- Freqüência aumentada de ondas de calor sobre a maior parte das áreas de terra firme (muito provável);
- Ocorrência aumentada de fortes chuvas sobre áreas alagadas (muito provável);
- Atividade aumentada de ciclones tropicais (provável);
- Diminuição da disponibilidade de água e seca em áreas semi-áridas (alto nível de confiança);
- O Pólo Norte degelará nos meses de verão até 2050, entretanto, há uma tendência atual de diminuição mais rápida da camada de gelo do que previsto, sugerindo que a taxa de alteração climática, pelo menos em algumas áreas, seja mais rápida do que a projetada;⁸
- Aumento gradual do nível do mar em sete metros em um intervalo de tempo de 1.000 anos. Entretanto, 'não se pode descartar a possibilidade de rápidos aumentos no nível do mar num período de cem anos', que causarão 'grandes alterações na costa litorânea e a inundação dos deltas dos rios e ilhas baixas'.⁹

Todas estas alterações terão impacto significativo sobre todas a população e o ecossistema da Terra. O Relatório Stern afirma que 'o países pobres serão afetados antes e de forma mais intensa pela mudança climática, mesmo que tenham contribuído pouco para causar o problema'.¹⁰ Na África, por exemplo, a produção agrícola deve ser severamente comprometida já em 2020, e a produção de alimentos em outras áreas serão também afetadas negativamente. O progresso em direção às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas ficará impedido e na metade do século 21 haverá 200 milhões de refugiados devido às mudanças climáticas.¹¹ Com um aquecimento de apenas 1,5 graus, estima-se que 30% das espécies sofram um alto risco de extinção, e para um aquecimento de 3,5 graus, de 40 a 60% das espécies serão extintas.¹²

Nas fases iniciais de desenvolvimento de modelos científicos de alteração climática, houve debates legítimos. Hoje, entretanto, há um consenso científico de que a análise fornecida pelo PIMC é robusta e confiável.¹³ Mesmo no cenário mais otimista identificado no relatório, nos

⁶ PIMC, 'Síntese do Relatório', 5.

⁷ PIMC, 'Síntese do Relatório', 7-8, Figura SPM-5 e Tabela SPM-1

⁸ PIMC, 'Síntese do Relatório', 13, Tabela SPM-3

⁹ PIMC, 'Síntese do Relatório', 13,

¹⁰ Relatório Stern sobre a Economia das Mudanças Climáticas (London: Cabinet Office – H.M. Treasury, 2005), URL:<http://www.hm-treasury.gov.uk/sternreview_index.htm, xxvi.

¹¹ PIMC, 'Síntese do Relatório', 11, Tabela SPM-2, 18; N. Myers, 'Refugiados Ambientais: Uma Questão de Segurança Emergente', Estudo apresentado no 13º. Fórum Econômico, Praga 23 a 27 de maio de 2005, URL:<http://www.osce.org/documents/eea/2005/05/14488_en.pdf>.

¹² PIMC, 'Síntese do Relatório', 13-14.

¹³ Veja a posição do DEFRA (Departamento de Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais do Reino Unido) sobre mudança climática (<http://www.defra.gov.uk/ENVIRONMENT/climatechange/index.htm>); Comissão das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (<http://unfccc.int/2860.php>); Relatório do Meio

locais onde ações internacionais levem a um rápido e significativo corte na emissão de gases estufa, o aumento na temperatura global de 2 graus até o final do século 21 tornará muitas áreas povoadas, inabitáveis e causará a extinção de muitas plantas e animais. É importante notar que enquanto muito progresso foi feito em relação ao entendimento a respeito do que são as mudanças climáticas, a visão científica continua a se desenvolver. Algumas novas pesquisas publicadas depois do Relatório do PIMC sugerem que as mudanças climáticas acontecerão mais rápido do que o PIMC estima.¹⁴ Independente disto ser eventualmente aceito pelo consenso científico, as conclusões do atual relatório do PIMC são suficientemente robustas para sugerir que agora é moralmente irresponsável não analisar a atual situação.

2. Encontrar a palavra de Deus

*Nós, abrimos nossos ouvidos, corações e mentes
para as suas palavras, neste dia,
Para que possamos ser conduzidos no seu caminho,
E por sua vontade nosso verdadeiro eu encontrar*

2.1. Abordagem Teológica

Nosso relatório nos faz lembrar que temos que lidar com a questão de como os aspectos teológicos e científicos nos afetam quando trabalhamos uma resposta teológica à mudança climática. A abordagem que adotamos é para:

- Reconhecer a situação em que nos encontramos e as questões que nossa fé provocam, neste contexto;
- Trazer estas questões ao diálogo juntamente com a Bíblia e as tradições teológicas Cristãs; e
- Procurar discernir as implicações deste encontro para uma prática diferenciada.

Nosso relatório também procura refletir nossa *prática* como Cristãos, e está estruturado para refletir muitas liturgias Cristãs. Procuramos trazer a situação da igreja, como parte do mundo que está enfrentando as ameaças das mudanças climáticas, ao encontro da palavra de Deus na Bíblia, para informar e motivar uma resposta da igreja e do mundo.

2.2. Esperança Cristã no contexto da mudança climática

Consideramos crucial começar nossa resposta teológica à mudança climática pela reflexão sobre nossa situação em relação à conhecida narrativa: Deus cria o universo, Deus em Cristo trás a reconciliação a um mundo que se desviou. (ex. Gen. 3, 4, 6), e a promessa de Deus a respeito da redenção de todas as coisas em Cristo e através do Espírito.¹⁵ Este entendimento a respeito da posição na qual a igreja se encontra, crucialmente nos leva a um pensamento teológico sobre as mudanças climáticas. Primeiro, e mais importante, seguidores de Cristo devem esperar e não desesperar. Se nós afirmamos a divindade da criação de Deus, a

Ambiente Global do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (<http://unep.org/geo/geo4/media/>); Relatório Stern sobre a Economia das Mudanças Climáticas (<http://occ.gov.uk/activities/stern.htm>); e o Guia da Sociedade Real sobre as controvérsias sobre mudanças climáticas (<http://royalsociety.org/page.asp?id=6229>).

¹⁴ J. Hansen, *et al.*, 'Alvo Atmosférico de CO2: Onde a humanidade deve mirar?', *The Open Atmospheric Science Journal*, 2 (2008), 217-231, doi: 10.2174/1874282300802010217, URL:

<<http://www.bentham.org/open/toascj/openaccess2.thm>>

¹⁵ Ver o parágrafo 1.1

encarnação de Deus em Jesus Cristo, e a promessa de Deus de redenção, não podemos nos desesperar a respeito do que será, pois somos chamados a ter fé em Deus e esperança nas promessas de Deus. As criaturas de Deus não tem o poder de frustrar os propósitos do Todo-Poderoso Deus, a quem nós louvamos; o sacrifício de Deus em Cristo foi uma ação única e efetiva para vencer o pecado das criaturas de Deus e não permitir que esta fosse a palavra final. Nestes dias entre a ressurreição de Cristo e seu retorno, nós somos parte de uma criação que geme e suporta angústias até a redenção (Rom.8). Vivemos em tempos de teste, mas a fidelidade significa não enfraquecer a esperança que nos foi oferecida (Heb 6.18). Não podemos, portanto, aceitar um futuro no qual Deus abandona o projeto de criação e redenção, no qual a alteração climática destrói tudo o que Deus estabeleceu ou no qual a irresponsabilidade humana esmaga a capacidade de Deus de trazer redenção para a criação. A base da resposta Cristã para a mudança climática é a esperança na realização do reino de Deus sobre uma criação renovada.

A afirmação da esperança Cristã em face da mudança climática está sujeita a dois tipos de má interpretação. A primeira, desde as disputas com Marcio e outros Gnósticos na igreja primitiva, alguns Cristãos têm tentado ver a redenção como uma fuga da ordem criada e não como sua renovação. Esta visão do fim-dos-tempos leva a uma falta de preocupação com o que acontece na Terra, pois considera a criação material como menos importante em comparação com a realidade espiritual à qual alguns humanos estão destinados. Isto tem uma óbvia relevância em debates sobre mudança climática. Tal visão teológica sugeriria que ações para mitigar o aquecimento global não são importantes. Esta visão Gnóstica da criação e redenção tem sido consistentemente rejeitada pelos teólogos Cristãos desde Justin Martyr, no século II. É inconsistente com o entendimento Cristão da encarnação de Deus em Cristo, na qual Deus afirma tudo o que Deus fez, a promessa da ressurreição do corpo (1 Cor 15) e a fé de que Deus fará todas as coisas novas (Rev. 21. 1-8)¹⁶. Esperança Cristã significa esperança no que Deus está fazendo neste mundo; não significa que aqueles seres espirituais escaparão da destruição da matéria.

A segunda má interpretação possível é a de que não precisamos agir em relação à ameaça da mudança climática pois Deus resolverá o problema por nós. Na criação, Deus concedeu liberdade às criaturas, e os seres humanos possuem a maior responsabilidade. Suas boas e más ações possuem conseqüências sérias e reais para as demais criaturas. Esperança no futuro de Deus não significa uma confiança ingênua de que as coisas más não acontecerão. Isto está claro na narrativa bíblica da desobediência dos homens, que se originou com Adão e Eva no Éden e o assassinato de Abel por seu irmão Caim (Gen. 3-4), e se confirma numa séria de atrocidades humanas através da história que continuam até os dias de hoje. Esperança no futuro de Deus é, portanto, não uma alternativa para ações sábias e morais em resposta a situações que nos confrontam (Rom. 6.1-2). A esperança Cristã garante que tais ações de fé provarão não serem infrutíferas e ineficazes, mas encontrarão um lugar no propósito de Deus para redimir o mundo. Esperança é portanto uma razão para a ação no mundo, de acordo com o desejo de Deus para a criação, não é uma desculpa para a inação.

¹⁶ Tom Wright menciona este assunto num livro recente (N.T. *Surprised by Hope* (London: SPCK, 2007))

2.3. A vocação humana para amar e fazer justiça

A Bíblia nos oferece muitos conselhos sobre como a humanidade deveria viver de acordo com o desejo de Deus, com importantes orientações sobre a questão da mudança climática. Jesus resume a lei dos Judeus nos mandamentos de amar a Deus e ao próximo (Marcos 12.29-31). Nosso amor por Deus é demonstrado em nossa resposta ao sétimo dia da criação, no compromisso do Sabbath de louvar e não trabalhar. Este amor, em resposta à aliança que Deus fez com todas as criaturas vivas depois do dilúvio (Gen. 9), não pode ser totalmente separado do segundo chamado para amar ao próximo: O Evangelho de Lucas demonstra este mandamento duplo com a parábola do Bom Samaritano como um exemplo de amor ao próximo (Lucas 10.25-37). Este amor está conectado à identificação de Cristo, feita em Mateus, com os necessitados, em sua descrição do julgamento de Deus sobre aqueles que alimentaram os famintos, deram água aos que tinham sede, acolheram aos forasteiros, vestiram os que estavam despídos, cuidaram dos doentes e visitaram os que estavam na prisão – e sobre aqueles que não fizeram estas coisas (Mt 25. 31-46). De acordo com o texto, os necessitados estão intimamente identificados com Cristo. Esta prioridade é repetida em Jesus ‘Nazareth manifesto’, onde ele declara que foi ungido pelo Espírito para trazer as boas novas aos pobres, libertar os cativos, recuperar a visão aos cegos, deixar livres os oprimidos e proclamar o ano aceitável do Senhor (Lucas 4.18-19). As bem-aventuranças, da mesma forma anunciam as bênçãos de Deus sobre os pobres, sobre os que choram, os mansos, os que têm fome e sede de justiça, os misericordiosos, os pacificadores e os perseguidos. Lucas continua enumerando uma série de desgraças que cairão sobre os ricos, os que estão fartos, os que riem e os que são louvados pelos outros (Mt 5.3-12; Lc. 6.20-26). Não há dúvida de que os discípulos de Cristo deveriam demonstrar uma preocupação especial pelos pobres e vulneráveis.

O mandamento do Novo Testamento de amar ao próximo, especialmente aos pobres, pode ser visto também na lei judaica e nos escritos dos profetas judeus. A lei judaica faz uma provisão especial para os necessitados, assim como estabelece estruturas econômicas como o Ano do Jubileu, para evitar que as diferenças entre os ricos e os pobres sejam muito grandes (Lev. 25.8-17). Os profetas protestaram contra a opressão dos ricos sobre os pobres: o livro de Isaías inicia com a descrição das cidades desoladas pelo mal. Deus conchama Israel a acabar com o mal, a aprender a fazer o bem, a resgatar os oprimidos, defender os órfãos e pleitear a causa das viúvas (Isa. 1.16-16). Amós declara que porque o povo de Israel pisoteou os pobres e tomou seus grãos, eles perderiam suas casas e vinhedos (Amós 5.11) e Deuteronômio associa o afastamento da lei de Deus com catástrofes na agricultura (Deut. 28.30-40). O julgamento profetizado por Jeremias possui uma dimensão ecológica, na qual as montanhas tremem, os pássaros fogem e as terras férteis se torna um deserto (Jer. 4.24-6). Deus nos alerta através dos profetas que chamam o povo de Deus a voltar a praticar os atos de amor e de justiça, que são necessários no relacionamento com Deus: este é um chamado para uma mudança de vida visando a transformação do futuro de Israel, e não um sentença fatalística de um futuro fixado por Deus. As palavras dos profetas nos lembram que o cuidado com os pobres e vulneráveis não é apenas uma questão de amor e caridade, mas o que lhe é devido de acordo com a lei de Deus: é uma questão de justiça.

2.4. Ouvir o próximo como um teste de discipulado

No contexto deste mandamento bíblico pelo amor e pela justiça, o encontro com aqueles cujas comunidades estão ameaçadas pela mudança climática é um grande desafio. Em setembro de 2007 a Conferência de Igrejas do Pacífico publicou uma declaração da Assembléia Geral sobre a mudança climática. Eles se intitulam os guardiões do Oceano Pacífico ou Moana, e

‘condenam as ações dos países industrializados que poluem e profanam a nossa Moana’. Eles declaram ‘a urgência da ameaça dos efeitos da mudança climática causados pelos humanos nas vidas, meios de subsistência, sociedades, culturas e ecossistemas das Ilhas do Pacífico’ e pedem aos ‘nossos irmãos e irmãs em Cristo de todo o mundo, que ajam em solidariedade conosco para reduzir as causas humanas que levam à mudança climática. Nós publicamos este manifesto especialmente para as igrejas das nações altamente industrializadas cujas sociedades são historicamente responsáveis pela maior parte das emissões de poluentes. Solicitamos que estes países assumam a responsabilidade pelo dano ecológico que eles causaram, assumindo os custos de se adaptar aos impactos antecipados.’¹⁷ A voz irada dos profetas ecoa nesta declaração. Os ilhéus do Pacífico enfrentam graves ameaças ao seu modo de vida, como resultado da queima de combustível fóssil nos países industrializados: não podemos deixar de reconhecer este fato como sendo o pisotear dos ricos sobre os pobres, criticado por Amós. A necessidade de justiça e amor destas pessoas é ainda mais forte do que o pedido do homem que foi cuidado pelo Bom Samaritano: aqui as nações ficaram feridas pela nossa negligência no passado, e estas feridas se agravam devido à nossa irresponsabilidade no presente. Tapar nossos ouvidos para este clamor seria como desistir de nosso desejo de sermos discípulos de Cristo.

Ser capaz de ouvir as vozes dessas comunidades ameaçadas pela mudança climática e formular uma resposta teológica é uma bênção para nós, especialmente porque muitos daqueles que não conseguem se fazer ouvir, também estão ameaçados. Entres estes, estão comunidades na África Sub-Saariana onde as mudanças climáticas já causaram crescente fome e períodos de seca, da mesma forma na Índia, nas Américas e na Europa que têm sofrido com ondas de calor e tempestades intensificadas pelo aquecimento global.¹⁸

Há ainda um grande grupo de seres humanos ameaçados pela mudança climática que não têm chance de se fazerem ouvir; aqueles que ainda não nasceram. Assim como precisamos nos alertar para a necessidade de amor e de justiça para nossos semelhantes no presente, também precisamos entender o que significa tratar as futuras gerações como nossos semelhantes. A aliança que Deus fez depois do dilúvio foi com todas as criaturas de todas as gerações que descendem dos que foram salvos na arca (Gen. 9); não podemos cometer o engano de pensar que aqueles que estão vivos hoje tem algum privilégio nesta aliança sobre aqueles que virão depois de nós. Para alguns, pensar nos filhos e nos netos ajuda a dar um rosto àqueles que herdarão a terra que nós deixaremos (conf. Mal. 4.6), mas este precisa ser apenas o primeiro passo ao considerarmos a enormidade da demanda moral das futuras gerações. A necessidade de desenvolver nossa imaginação moral nesta direção é especialmente crucial dado que os piores efeitos da não diminuição das emissões de carbono agora, serão sentidas pelos que estiverem vivos daqui a cem anos ou mais. Os Cristãos devem resistir à análise econômica

¹⁷ Conferência das Igrejas do Pacífico, ‘Declaração da 9ª. Assembléia Geral do Pacífico sobre Mudança Climática’, (2007)

¹⁸ Em 2005, Lorde Robert May, Presidente da Real Sociedade, chamou atenção para as descobertas de que as mudanças climáticas causadas pelo aumento das emissões de gás de efeito estufa nas atividades humanas, já é responsável pelo aumento nos períodos de seca, e portanto, são responsáveis pelo aumento no risco de fome na África oriental, onde milhões de pessoas já vivem sob o risco da fome’ (Carta aberta a Margaret Beckett e outros ministros de energia e meio ambiente do G8), Outubro de 2005, [URL:<http://royalsociety.org/page.asp?id=3834>](http://royalsociety.org/page.asp?id=3834)). Veja também Andrew Simms e John Magrath, África-up in Smoke? 2: O Segundo Relatório do Grupo de Trabalho sobre Mudança Climática e Desenvolvimento sobre a África e o Aquecimento Global, vol. 2 (Oxford: Oxfam Publishing, 2006).

baseada no mercado que não considera o bem-estar das futuras gerações em relação aos que estão vivos hoje, e por isso mostram como não atraentes as ações que beneficiarão as gerações futuras mas que incorrem em custo imediato.¹⁹

2.5. Ajudar ao próximo não-humano

Prestando atenção às descrições bíblicas da obediência aos desejos de Deus, nossa atenção é conduzida à criação não-humana. As criaturas de cada dia da primeira narrativa da criação em Gênesis foram declaradas como sendo boas (Gen. 1) e toda a criação em toda a sua diversidade é declarada como sendo “muito boa” no final do sexto dia (Gen. 1.31). Depois do dilúvio, Deus fez uma aliança, não apenas com Noé e sua família, mas com cada uma das criaturas vivas que saíram da arca (Gen. 9.9-10). A lei de Israel protege, além dos humanos, os animais que são criados pelos humanos, que não podem ser forçados a trabalhar no sábado (Exo.20.10) nem podem usar a foice quando estiverem debulhando grãos (Deut. 25.4). O Ano de descanso Solene é para deixar a terra descansar e beneficiar os animais de criação e animais selvagens, além dos Israelitas e seus trabalhadores (Lev. 25.5-7). Quando Jó questiona o tratamento que Deus lhe dá, ele é lembrado da majestade do provisionamento cuidadoso de Deus para cada criatura, e da criação de Deus até de criaturas como Behemot e o Leviatã que são ameaças à humanidade (Jô 38-41). Esta atenção dada à criação além do humano surge também no Novo Testamento: onde Jesus lembra seus discípulos da preocupação de Deus com os pássaros e os lírios (Mt. 6.25-34); as cartas aos Colossenses e ao Efésios enfatizam a união de todas as coisas em Cristo (Col. 1.15-20; Ef. 1.9-10) e a carta aos Romanos descreve toda a criação esperando para compartilhar na liberdade das crianças de Deus (Rom. 8.18-23). Esta visão bíblica da solidariedade entre as criaturas de Deus está de acordo com as modernas descobertas científicas relacionadas à afinidade genética entre os humanos e outros animais, e à interdependência de toda a vida sobre a Terra.

Este cuidado bíblico pela criação que vai além do seres humanos, tem sido frequentemente negligenciado em interpretações a respeito da injunção de Deus em ‘subjugar a Terra’ e ‘ter domínio’ sobre outros animais (Gen. 1.28). Tal instrução tem sido vista como uma licença aos seres humanos para usar os outros animais como desejarem, apesar de nestes versos não haver nenhuma permissão de matar animais para deles se alimentar.²⁰ Muitos comentaristas bíblicos de Gênesis concordam que identificar os seres humanos como a imagem de Deus não nos dá uma capacidade especial como quase-deuses, mas nos dá uma responsabilidade adicional em relação às outras criaturas.²¹ Nosso domínio, entretanto, deveria ser exercido de forma a refletir o cuidado de Deus pela criação. Este tipo de cuidado, explicitado na instrução para Adão matar e cuidar do solo do Éden (Gen. 2.15), tem sido descrito como ‘zeladoria’ da criação, embasada na imagem de uma pessoa que é colocada num posto de responsabilidade para

¹⁹ Para uma discussão teológica deste assunto, veja Rachel Muers, *Vivendo para o Futuro: Ética Teológica para as Futuras Gerações* (London: T&T Clark, 2008); para uma análise filosófica e econômica detalhada veja John Broome, *Calculando o Custo do Aquecimento Global* (Cambridge: White Horse Press, 1992). Veja também Herman Daly e John Cobb, *Pelo Bem Comum: Redirecionando a Economia em direção à Comunidade, o Meio Ambiente e um Futuro Sustentável* (Boston: Beacon Press, 1989).

²⁰ Permissão neste sentido foi dada apenas após o grande dilúvio (Gen. 9.3). Gerhard von Rad é um dos muitos comentaristas que rejeitam a interpretação de domínio como licença ilimitada: veja Gerhard von Rad, *Gênesis* (London: SCM, 1972), 60.

²¹ Veja, por exemplo, Gordon J. Wenham, *Gênesis, Comentário da Bíblia* (Waco: Word, 1994), 30; Victor P. Hamilton, *Gênesis*, Nicot (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 135; Walter Brueggemann, *Gênesis* (Louisville: John Knox Press, 1982), 32; von Rad, *Gênesis*, 58 e a discussão detalhada em J. Richard Middleton, *A Imagem Liberadora: O Imago Dei em Gênesis 1* (Grand Rapids, MI: Brazos, 2005), 93-145.

cuidar da propriedade, da casa e das finanças de outra pessoa.²² Esta imagem de um papel humano em nome do resto da criação pode nos ajudar a reconhecer nossa responsabilidade de cuidar da vida do outro, embora seja importante reconhecer suas limitações. Deus está presente e ativo, sustentando a criação a todo momento. Não somos portanto, zeladores agindo no lugar de um proprietário ausente, mas somos servos chamados a fazer nossa parte em resposta ao cuidado de Deus pela criação. Esta responsabilidade possui uma óbvia relevância para a mudança climática, sugerindo que o potencial de extinção em massa de outras espécies do planeta, causado pelas atividades humanas, representam nossa forma de abdicação de um dever divinamente confiado à nós. Os textos Bíblicos testemunham a preocupação de Deus pelas criaturas, não só as humanas, e juntamente com a lei Israelita as defende, pedindo que sejamos motivados pelo amor e pela justiça para proteger o nosso próximo (não-humano) ameaçado pela mudança climática, juntamente com os humanos.

2.6. Trazer o julgamento de Deus sobre nós

Além da esperança no futuro que Deus nos traz, há também a urgência em cooperar com os propósitos de Deus. Onde os seres humanos negligenciaram suas responsabilidades diante de Deus, tanto os textos do Velho quanto do Novo Testamento proclamam o julgamento de Deus: Jeremias profetisa que o rico não aproveitará sua riqueza e Jesus alerta que aqueles que falharem no cuidado com ele, representando os necessitados, não receberão a vida eterna. A Bíblia diz repetidamente a um mundo virado de cabeça para baixo que o Reino de Deus será restabelecido, com aqueles que agora não sentem mais fome e aqueles que agora são os primeiros depois de terem sido os últimos (Mt. 10.30; Mar. 10.31). Ao encontrarmos os avisos bíblicos sobre as conseqüências de falharmos no amor e no tratamento justo para com os necessitados, é difícil escapar da conclusão final de que continuar a emitir carbono em taxas que ameacem nosso próximo, no presente e no futuro, humanos e animais, estamos trazendo o julgamento de Deus sobre nós. Mesmo assim, não devemos nos desesperar: pois Deus julga ao invés de nos abandonar e este é um sinal da graça de Deus e de seu constante amor por nós. Em nosso encontro com o palavra de Deus, no contexto da mudança climática, devemos ter claro que apesar de termos boas razões para termos esperança no futuro que Deus nos reserva se agirmos de acordo com o amor de Deus por toda a criação, também temos boas razões para temer o julgamento de Deus se continuarmos a desconsiderar as necessidades urgentes de nosso próximo. Quando o homem rico, que ignorou o pedido de Lázaro em sua porta, pediu para ser livrado do inferno para alertar seus irmãos, Abraão respondeu que eles já tiveram Moisés e os profetas (Luc.16.27-8). Nós também não podemos dizer que não ouvimos.

²² O comentário de Calvino sobre Gênesis 2.15 conclui que ‘cada um deve se considerar um zelador de Deus em todas as coisas que possui. Assim, ele não terá uma conduta dissoluta nem corromperá por abuso as coisas que Deus pediu que fossem cuidadas’. (John Calvin, Gênesis, ed & trans. John King (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1965) vol.1, 125.

3. Responder à Palavra de Deus

*Apesar de conhecer santidade e graça
Em humilde honestidade nós confessamos
Todos os nossos pecados diante de Ti
E passamos a viver de forma justa.*

3.1. Confissão

Ao encontrarmos a palavra de Deus no contexto da mudança climática, recebemos uma visão de esperança na fidelidade de Deus para com a criação, um chamado a praticar o amor e a justiça para com o nosso próximo, e um aviso a respeito do julgamento de Deus sobre aqueles que assim não agirem. Em resposta, nossa primeira ação deve ser a confissão: reconhecer que temos errado é o primeiro e necessário passo em direção à mudança requerida. Devemos confessar que:

- Somos herdeiros das riquezas de uma economia industrializada que tem sido o instrumental que tem causado a mudança climática que está colocando nosso próximo em risco;
- Somos tão dependentes dos frutos desta economia que achamos difícil até mesmo viver de forma a não ameaçar o futuro da vida no planeta Terra; e
- Sabemos muito bem o que devemos fazer para viver dentro de limites sustentáveis, mas resistimos a reunir o desejo moral de mudar.

Nosso erro é melhor compreendido como uma cumplicidade num pecado estrutural, um padrão socialmente aceitável e repetido onde os ricos e poderosos exploram aqueles que são pobres e fracos, assim como acontecia no tempo dos profetas.

O teólogo Sul-Africano, Ernst Conradie, argumenta que a necessidade dos brancos Sul-Africanos de confessar seu envolvimento nas estruturas do apartheid é uma boa analogia para a confissão necessária em relação à mudança climática.²³ Assim como muitos Sul-Africanos não possuíam responsabilidade direta pelo estabelecimento ou pela manutenção do apartheid mas se sentiam culpados por se beneficiarem dele e por não lutarem contra esta injustiça, assim também nós não iniciamos as economias industrializadas que resultaram na mudança climática mas nos sentimos agora culpados por aproveitarmos os frutos do sistema que ameaça o futuro das criaturas de Deus. Baseado no trabalho de Barth, Conradie afirma que nossa confissão somente é possível pelo nosso conhecimento da graça de Deus; é o nosso encontro com a misericórdia de Deus que nos possibilita reconhecer nossa culpa. Conradie reconhece, entretanto que para muitos de nós a confissão ainda não é possível pois, não temos certeza de que podemos encarar ou mesmo se queremos viver a vida renovada e reordenada que resultaria de sermos perdoados. Como o homem rico que não conseguia obedecer ao mandamento de Jesus de se separar de suas posses e foi tristemente rejeitado (Marc. 10.17-22), nós olhamos para a possibilidade de vidas dentro dos níveis de carbono que a Terra pode suportar, e decidimos que preferimos nossa vida de pecado. Este então, é o primeiro desafio para a Igreja: receber a graça de Deus, passar a desejar uma vida perdoada e, então ser capaz de confessar os erros atuais.

²³ Ernst Conradie, *A Igreja e a Mudança Climática* (Pietermaritzburg: Cluster Publications, 2008).

3.2 Arrependimento

A confissão verdadeira leva ao arrependimento: uma mudança do passado de pecado ao caminho que Deus quer que vivamos. Como indivíduos, igrejas e nações, precisamos trabalhar nesta direção, que é a única esperança para o tipo de mudança na sociedade que evitará que nossas emissões de carbono resultem em mudança climática catastrófica. Se nós pensarmos a questão do arrependimento apenas como um assunto individual, falharemos em nossa intenção de fazer as mudanças necessárias até mesmo em nossas próprias vidas; arrependimento de pecado estrutural deve possuir uma dimensão corporativa, na qual, como Igrejas, agimos coletivamente e transformamos nossa prática em nível institucional e individual. Além disto, precisamos considerar qual o papel que devemos assumir como igreja e como cidadãos para contribuir para uma transformação similar em nosso país, entrando na esfera política para fortalecer a causa baseados em nosso dever moral para com o nosso próximo.²⁴

Até para pecadores como nós, Deus promete o perdão (Rom. 5.6), e em nome de Deus, a Igreja oferece a absolvição dos pecados. Diante de nós, está a grande possibilidade de sermos recebidos de braços abertos por nosso Deus. (Luc. 15.20), liberados de nosso fardo de culpa e desespero, somos bem-vindos como crianças perdoadas. Pode ser este desejo de uma nova vida, de uma vida limpa da mancha do pecado (Sl.51), a maior motivação para a mudança de vida para a qual Deus nos chama.

3.3 Intercessão

Uma resposta daqueles perdoados por Deus deve ser a intercessão por aqueles ameaçados pela mudança climática. Em confiança nos bons propósitos de Deus por sua criação, pedimos a Deus que:

- Proteja as populações humanas que estão vulneráveis pelas mudanças no clima;
- Proteja as gerações que virão que herdarão os problemas que nós criamos; e
- Proteja as plantas e animais cujos *habitats* serão erradicados pelo aquecimento global.

Assim como nossas orações se tornam mais detalhadas, elas também se tornam mais desconfortáveis: oramos para que:

- As nações reconheçam a urgência das ações em resposta às mudanças climáticas;
- Os políticos se posicionem firmemente com uma estratégia para atingirmos os objetivos que precisamos alcançar; e
- Os cidadãos das nações – e especialmente nações como a nossa – sejam motivados a cortar as emissões de carbono e procurem amenizar seus efeitos naqueles que estão ameaçados.

Nossas orações de intercessão, entretanto, nos levam a orar por mudanças contínuas em nossos corações e mentes, permitindo que façamos nossa parte e transformemos os corações e mentes de outros e se tornem parte da resposta às nossas intercessões.

²⁴ Detalhamos o que são sinais de arrependimento na seção 4 abaixo.

4. O corpo de Cristo no mundo

*Sustentado pela palavra, pelo pão e pelo vinho,
O corpo de Cristo nos alimenta.
Que a tua vida de servo
Possa ser a nossa com toda humildade*

4.1. Unidos Como Corpo de Cristo

Como participantes da morte e ressurreição de Jesus Cristo, através de nosso desempenho no sacramento da santa ceia, a Igreja se une em seu salvador Jesus Cristo e se alimenta para viver em santidade como o corpo de Cristo na Terra. Em resposta ao mandamento de Jesus de comer o pão e beber o vinho como seu corpo e sangue em memória dele, o material da criação, na forma de grãos e uvas, se torna um sinal e sacramento da presença de Deus conosco. Através da participação em Cristo, somos capazes de viver como de outra forma não poderíamos. Somos transformados de discípulos individuais a membros de seu corpo único, não somos mais dependentes de nós mesmos mas estamos juntos na vida de nosso Senhor. Juntos somos equipados e somos capazes de agir como povo de Deus no mundo, testemunhando o que Deus está fazendo e servindo a Deus e ao próximo. Assim como o pão e vinho se tornam sacramentos da presença de Deus entre nós, da mesma forma nossos pequenos atos em resposta ao chamado de Deus sinaliza a presença de Deus no mundo.

4.2. Julgar o que o arrependimento requer

Antes que possamos identificar quais ações são necessárias em nível eclesial, individual e nacional, precisamos determinar quais reduções nas emissões de carbono são necessárias para evitar os piores efeitos da mudança climática. O 4º. Relatório de Levantamento do PIMC estima que para manter o equilíbrio médio global do aumento da temperatura entre 2 e 2,4 graus acima dos valores pré-industriais, irá requerer uma redução nas emissões dos gases de efeito estufa de 50 e 85% até 2050, comparado aos níveis de emissão no ano 2000, levando a uma eventual estabilização dos gases de efeito estufa em 445 e 490 partes por milhão (PPM).²⁵ Em comum com muitos outros intérpretes do relatório PIMC, o recente primeiro relatório do Comitê sobre Mudança Climática do Governo do Reino Unido julga que ‘a zona de perigo global começa com cerca de 2 graus e a política global deveria ter como objetivo manter... o aumento da temperatura abaixo disto’ Entretanto, ao fazer esta avaliação eles notaram que ‘não é mais possível evitar com certeza nem mesmo com alta probabilidade esta zona de perigo’ e portanto ‘é preciso planejar estratégias para a adaptação ao aumento de pelo menos 2 graus Celsius na temperatura, com o objetivo adicional de ‘reduzir a níveis baixos (isto é, menos de 1%) os perigos de exceder 4 graus’²⁶. Com base neste julgamento, o Comitê sobre Mudança Climática conclui que as emissões globais de gases de efeito estufa deveriam ter os atuais níveis de emissão reduzidos em 50% até 2050. Como ‘é difícil imaginar um acordo global que permita aos países desenvolvidos ter emissões per capita em 2050 visto que estas emissões estão significativamente acima da média global sustentável’ de ‘entre 2.1 e 2.6 toneladas per capita’ para o Reino Unido, isto implica em um corte de 80% nas emissões, com base nos níveis de 1990. Nesta direção, foram definidos três alvos para cinco anos, que resultarão na

²⁵ PIMC, ‘Síntese do relatório’, 20, Tabela SPM.6.

redução de 42% das emissões de carbono no Reino Unido, até 2020,²⁷ que será atingido através de medidas de eficiência de energia e desenvolvimento tecnológico de geração de energia descarbonizada.

Atingir a ambiciosa meta de corte de 80% nas emissões não evitará sérios danos causados pela mudança climática: um aumento de 2 graus nas temperaturas globais tornará áreas inabitáveis por humanos, causará seca, escassez de comida e um grande número de refugiados ambientais, assim como a possível extinção de um terço das espécies da terra. Seria bom fazer mais do que isso e não podemos fazer menos, mesmo que outras nações ainda não estejam preparadas para adotar ações similares. Em reconhecimento aos danos que já causamos e em resposta ao nosso encontro com a palavra de Deus e com os clamores expressos e não-expressos de nossos semelhantes, devemos reduzir nossas emissões de carbono a níveis que a Terra pode suportar. É imprescindível que aqueles que geraram mais emissões de carbono e conseqüentemente se beneficiaram de combustível fóssil relativamente barato e acessível, sejam os pioneiros no caminho em direção à alternativas energéticas futuras.

4.3. Possibilitar o arrependimento na Igreja

Na introdução deste capítulo, definimos algumas iniciativas práticas em nível eclesial, individual e nacional, que devem ser tanto sinais de arrependimento como os primeiros passos em direção à vida perdoada e redimida que temos buscado. Argumentamos que a confissão é o primeiro passo em direção ao arrependimento e à mudança de vida, e que só é possível se estiver acompanhada da esperança no futuro dado por Deus, no qual poderemos viver vidas redimidas diante dele. Como Igreja devemos primeiro procurar capacitar e equipar esta mudança nos corações e mentes, através de oração, pregação, estudo bíblico, discussões e reflexões, que levarão a atos litúrgicos de confissão. Tudo dependerá desta mudança nos corações. Estas ações são a preparação da Igreja para unir a missão redentora de Deus nesta área da vida. Elas levarão a Igreja aonde seus membros poderão ouvir o chamado universal de Deus a uma nova vida em resposta à ameaça da mudança climática. Elas são uma pré-condição para que a Igreja reconheça que o compromisso de viver com níveis sustentáveis de emissão de carbono é fundamental para o discipulado Cristão nos dias de hoje. Através de nosso louvor e de nossa vida em comum somos transformados e nos tornamos uma comunidade capaz de transformar.

4.4. Reduzir as pegadas de carbono da Igreja

Como Igreja, devemos identificar as pegadas de carbono de nossas atividades. Primeiramente devemos descobrir rapidamente qual o nosso nível atual de emissões de carbono e identificar uma estratégia que possibilite uma auditoria das emissões de carbono em todos os níveis da Igreja, de forma que as Igrejas locais, as estruturas regionais e as instituições da Igreja nacional se tornem conscientes do ponto inicial de ação para reduzir as emissões de carbono. Junto com isto, devemos estabelecer uma forma de ajudar todos os níveis da Igreja a fazer reduções nas emissões de carbono proporcionais às reduções totais de pelo menos 80% até 2050, adotando as medidas imediatas e urgentes que isto requer. As Igrejas Nacional precisarão dar suporte e incentivo para que as Igrejas locais e Regionais se engajem neste desafio. Não subestimamos a magnitude desta tarefa, mas a consideramos como a resposta minimamente adequada à situação que enfrentamos, além de ser a única base moral autêntica para chamar os membros de nossas Igrejas e a nação para fazer mudanças similares. Reconhecemos que há fatores

estruturais internos e externos que impedem o progresso em direção a estes alvos, bem como a necessidade das Igrejas de trabalharem em parceria com os governos locais e nacionais para superar as barreiras à mudança. A política da Igreja em muitas áreas, incluindo o investimento de fundos da Igreja terão que ser revistos à luz deste compromisso.

4.5. Ajudar membros das congregações a reduzir emissões

Paralelamente às ações para identificar as emissões de carbono associadas à vida corporativa de nossas Igrejas, precisamos identificar formas de capacitar os membros das congregações a fazer as mudanças em suas pegadas de carbono de forma a atingir a meta de redução de 80% respeitando os alvos intermediários. Mais uma vez afirmamos que o primeiro passo é encorajar e facilitar uma auditoria sobre as atuais emissões, seguida de ajuda às pessoas ou a grupos pequenos para que eles se comprometam a reduzir suas pegadas de carbono e a identificar estratégias de como fazê-lo. Acreditamos que muitos responderão à oferta de trocar uma consciência geral de culpa pela identificação responsável e realística num contexto grupal. A Igreja primitiva começou como um movimento de pequenos grupos de Cristãos que concordaram em ser responsáveis uns pelos outros. Pode ser que, se pudermos recuperar este senso de co-responsabilidade no qual os pequenos grupos se engajam, muitos podem ser capazes de fazer mudanças que pareceriam impossíveis isoladamente. Se as congregações forem capazes de ver o impacto dos compromissos assumidos tanto em nível corporativo quanto individual, para reduzir as emissões de carbono, este poderia ser um importante fator de encorajamento e motivação para ações futuras.

4.6. Engajar-se politicamente para trabalhar pela mudança nacional e internacional

Finalmente, paralelamente a este movimento em direção às mudanças na vida corporativa da Igreja, precisamos, como Igrejas, estar preparados para contribuir para o debate público sobre as respostas apropriadas às mudanças climáticas. Nossas Igrejas deveriam ajudar o governo do Reino Unido, desenvolvendo uma estratégia coerente para cortar as emissões a um mínimo de 80% até 2050 e impactar no governo a urgência destas ações. Nossas Igrejas têm chamado o Reino Unido à ação mesmo num contexto global no qual outras não estão preparadas para assumir o mesmo compromisso. As Igrejas devem falar profeticamente para desafiar os partidos políticos e o horizonte do ciclo eleitoral. Devem também agir para construir coalizões de base, de forma que os políticos que assumam compromissos responsáveis em resposta à mudança climática tenham suporte eleitoral. Os cortes devem ser feitos em emissões de carbono reais no Reino Unido; enquanto que a ajuda para que as nações mais pobres desenvolvam formas de energia sustentável, é crucial. Seria irresponsabilidade do Reino Unido comprar sua responsabilidade de reduzir suas próprias emissões de carbono. No topo da lista de prioridades políticas deve estar a defesa da ajuda às nações pobres mais expostas às ameaças das mudanças climáticas sem ter tido culpa nisso, onde a ajuda é necessária não apenas em termos de caridade mas também como restituição e reparação pelos danos causados pelas nações industrializadas. As Igrejas em nível regional e local precisam trabalhar em direção à ação com os governos locais. Em todos os níveis, os compromissos corporativos de nossas Igrejas de agir em relação às suas próprias emissões de carbono, aumentarão significativamente sua contribuição para este debate público. As iniciativas políticas efetivas normalmente, serão assumidas em projetos conjuntos com outras Igrejas, outros grupos de fé ou não-religiosos, que compartilhem os mesmos objetivos. É importante que definamos ações que melhorem o entendimento entre estes aliados potenciais e suas redes de trabalho.

4.7. Alerta sobre o impacto desproporcional sobre os vulneráveis e os pobres

Ao fazer estas propostas acerca dos tipos de ações nas quais as Igrejas deveriam se engajar como sinal de arrependimento e vida sacramental, reconhecemos que para muitos membros de comunidades das Igrejas, as ações em resposta a esses assuntos parecerá confuso, ameaçador e desconfortável. Paralelamente à necessidade de mudanças substanciais, nossas igrejas devem se manter alertas às implicações pastorais das mudanças propostas aos membros das Igrejas. Em particular devemos evitar estratégias para reduzir as emissões de carbono que possuam um impacto desproporcional sobre os pobres e vulneráveis.

4.8. A necessidade de ação em relação a outros temas ambientais

Ao lidarmos com o tema da mudança climática, devemos reconhecer que este é apenas um entre muitos outros assuntos ambientais que requerem a atenção das nossas Igrejas – assuntos relacionados incluem preocupação com:

- Ameaças à biodiversidade;
- Desmatamento;
- Racionamento de água;
- Esgotamento de recursos não-renováveis, e
- O impacto do rápido crescimento demográfico

A mudança climática é apenas uma das manifestações do impacto causado por uma economia global industrializada. As ações que viermos a tomar em resposta à mudança climática irão amenizar o impacto de alguns destes desafios ambientais, mas também são necessárias ações nestas outras áreas. É também necessária a apreciação das complexas interrelações das questões ambientais e outras preocupações relacionadas à justiça, como o equilíbrio das vantagens econômicas para as comunidades pobres de comércio justo de mercadorias, contra os custos de carbono destas importações. A atenção para com os desafios decorrentes da mudança climática não pode ser dada à custa de questões de justiça que afetam os pobres.

5. Envio

*Através do louvor somos convidados, 'levanta,
E por onde você for,
Ensine, sirva e batize
Para que todos conheçam o meu Filho.'*

5.1. Um chamado para a ação

Chamamos nossas Igrejas a responder ao desafio da mudança climática:

- Como aqueles que afirmam a esperança na fidelidade de Deus para com a criação;
- Como aqueles que receberam o chamado para mostrar o amor e a justiça ao próximo de hoje e de amanhã, humano e não-humano; e
- Como aqueles que ouviram o aviso do julgamento de Deus sobre aqueles que ouviram e não agiram.

Chamamos nossa Igrejas a confessar sua culpa em relação às causas da mudança climática, a mostrar os sinais de arrependimento e de vida redimida e a ser uma voz profética na vida de nossas comunidades, através da promoção de uma mudança de atitude entre nossas congregações; reduzindo urgentemente as pegadas de carbono da Igreja em todos os níveis, e

de acordo com os alvos nacionais; possibilitando que os membros de nossas congregações adotem mudanças similares em relação a estilos de vida sustentáveis; e através do engajamento político com o governo local e nacional.

5.2. O caminho à frente

Estamos cientes de que as respostas a este chamamento representado pelo desafio da mudança climática, requer que nossas Igrejas façam uma grande viagem no sentido de tomar consciência de onde nos encontramos neste momento. Esta é uma viagem incomum que a maioria de nós nunca fez e cujos beneficiários serão as futuras gerações. O objetivo final é uma promessa mais do que um lugar reconhecível e o caminho nunca foi mapeado. Os custos desta viagem deverão ser assumidos agora mas, os benefícios não serão sentidos no nosso tempo. Como vivemos numa época de individualismo e imediatismo, esta é uma viagem não de indivíduos mas de uma comunidade: o povo de Deus e o povo do mundo, uma viagem que requer que construamos para o futuro e não visando retorno imediato. Uma viagem como esta transformou os filhos de Israel que, de um grupo desorganizado de refugiados, passaram a ser uma nação. O começo da viagem deles significou abdicar do conforto e da aparente segurança de um estilo de vida e passar a viver de forma perigosa e desconfortável. Mas, eles ganharam a liberdade. A parte mais difícil da viagem foi o êxodo; partir sem olhar para trás. O guia dos Israelitas era um Deus que amava a justiça e odiava a opressão, que cuidava dos humildes e era contra a exploração: nós acreditamos no mesmo Deus, que ama os que são explorados e oprimidos hoje em dia. Nós também sairemos em viagem pela liberdade em resposta ao desafio da mudança climática, abençoados pela paz de Deus, enviados pelo nosso salvador e caminhando na companhia do Espírito Santo (João 20. 21-22).

Membros do Grupo de Trabalho:

Rev. Dr. Rosalind Selby (Presidente) – URC

Rev. Dr. Paul Beetham – Metodista

Francis Brienen – URC

Dr. David Clough – Metodista

Dr. David W. Golding CBE – Batista

Rev. Dr. David Gregory – Batista

Stephanie Grey – Metodista

Rev. Mike Shrubsole – URC

Rev. Dr. John Weaver – Batista

Compilado por: Steve Hucklesby – Metodista e Revda. Dra. Rosemary Kidd – Batista

Tradução: Ana Claudia Lyra Fernandes – Sede Nacional, Igreja Metodista do Brasil.